

Escalas e Geometrias de Poder do Narcotráfico na Amazônia Brasileira

Scales and Geometries of Power of Drug Trafficking in the Brazilian Amazon

Aiala Colares Oliveira Couto¹

RESUMO

O texto em questão tem como objetivo analisar as escalas de poder do narcotráfico na Amazônia brasileira, destacando, sobretudo, o papel da região na dinâmica do mercado da droga, fato que contribuiu para a expansão das facções criminosas que buscam o controle das principais rotas. Desse modo, a metodologia da pesquisa que deu origem a este artigo se pautou na revisão da literatura e análise de relatórios resultantes de investigações sobre o tema, além disso, ao longo dos últimos quatro anos foram realizados trabalhos de campo e entrevistas com sujeitos que tinham compreensão acerca do fenômeno. O resultado da pesquisa enfatiza a presença de estruturas consolidadas ou em processo de consolidação do crime organizado, o que motiva a expansão da violência relacionada às disputas pelas principais rotas utilizadas pelas redes ilegais na região amazônica.

Palavras-chave: Amazônia; Narcotráfico; facções criminosas.

ABSTRACT

The purpose of this article is to examine the power dynamics exerted by drug trafficking in Brazil's Amazon region, highlighting above all the

¹ Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU-NAEA-UFPA). Fez estágio Pós Doutoral em Geografia com ênfase em análise regional pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Planejamento do desenvolvimento pelo Núcleo de Altos estudos Amazônicos (NAEA). Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), possui especialização em Planejamento Urbano pelo Curso de Formação Internacional de Pós-graduados em Áreas Amazônicas (FIPAM). É Professor Adjunto I da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Coordenador e Pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UEPA). Pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da Rede de Observatórios em Segurança. É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). Atua também como Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) e como colaborador do PPG em Ciências Ambientais, ambos da UEPA. Foi consultor do Escritório das Nações Unidas Sobre Crimes e Drogas (UNODC) na pesquisa Crimes Conexos na Região de Garimpo no Vale do Tapajós (2023). E-mail: aialacouto@uepa.br.

region's role in the dynamics of the drug market, which has contributed to the expansion of criminal factions seeking control of the main routes. Therefore, the research methodology that gave rise to this article was based on reviewing the literature and analyzing reports resulting from investigations into the subject. In addition, over the last four years, fieldwork and interviews have been carried out with people who understand the phenomenon. The result of the research emphasizes the presence of consolidated or consolidating structures of organized crime, which motivates the expansion of violence related to disputes over the main routes used by illegal networks in the Amazon region.

Keywords: Amazon; drug trafficking; criminal factions.

1 INTRODUÇÃO

O relatório do projeto *Cartografias da violência na Amazônia*, desenvolvido pelo Instituto Mãe Crioula e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em suas três últimas edições (2022, 2023 e 2024), destaca três questões importantes sobre o crime organizado na região: 1) são cada vez maiores as relações transnacionais do narcotráfico por meio das fronteiras, conectando grupos locais, nacionais e internacionais, dando nesse sentido um caráter global para o narcotráfico na Amazônia; 2) Nos últimos anos, houve uma expansão da presença de facções criminosas do Sudeste do Brasil, que passaram a controlar determinados espaços num constante processo de territorialização na região; 3) e, por fim, houve um aumento significativo das mortes violentas intencionais que, de acordo com o relatório citado, são 41,5% maiores do que a média nacional, algo que se atribui ao fenômeno definido como “interiorização da violência”.

Por isso, torna-se necessário atentar-se para as implicações que o narcotráfico, atuando em redes, vem impondo sobre o território amazônico e sobre os territórios das populações tradicionais que se encontram em situação de vulnerabilidade diante do avanço das facções criminosas. É salutar a explanação sobre como a Amazônia está inserida nos contextos regional e global do narcotráfico, portanto, este texto tem como objetivo analisar as escalas de poder do narcotráfico na Amazônia brasileira, sobretudo, o papel da região na dinâmica do mercado da droga.

Decerto, a globalização dos mercados impulsionou os fluxos de capitais, mercadorias, pessoas e informações, sendo que ela também contribui para dar vazão aos meios ilícitos de acumulação de riquezas, nesse contexto, o crime organizado vem se fortalecendo por meio do

contrabando de mercadorias, falsificação de moedas e lavagem de dinheiro, redes de exploração sexual, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, tráfico de órgãos, tráfico de armas, contrabando de minérios e biopirataria.

No atual contexto histórico-geográfico das redes ilegais, torna-se quase que impossível mensurar o volume de recursos gerados pela economia do narcotráfico, pois não se pode analisar esse capital apenas pelo comércio/varejo da droga, há também os investimentos oriundos desse mercado. São os investimentos produtivos e especulativos que servem para ampliar o poder econômico do crime organizado.

Pode-se dizer que o narcotráfico mostra sua presença nos âmbitos político, econômico, social, cultural e ambiental. Na Amazônia, diversos fatores relacionados ao narcotráfico vêm chamando a atenção das instituições, de ambientalistas e de lideranças locais, tais como: grilagem de terra, contrabando de madeira e garimpo ilegal. São atividades que se enquadram como crimes ambientais e conflitos fundiários. Por meio das relações entre o narcotráfico e estas atividades que se tem a definição de crimes conexos.

Neste trabalho, os procedimentos metodológicos foram construídos a partir de revisão da literatura, onde foram realizadas leituras que dialogam com o objeto da pesquisa em questão, além de análise de relatórios documentais que abordam o tema do crime organizado na Amazônia, tais relatórios foram significativos para a construção teórica e empírica deste artigo. Por fim, foram realizados registros fotográficos em campo e elaboração de mapas temáticos que representam espacialmente a dinâmica das redes do narcotráfico e o fenômeno das facções criminosas na região.

2 A ESCALA COMO UM PROBLEMA METODOLÓGICO

Inicia-se a discussão de forma breve ressaltando a importância da escala nos estudos geográficos, pois a escala é um elemento obrigatório na elaboração gráfica dos mapas. Ela é um conceito-chave das pesquisas em geografia e promove um recorte analítico acerca do problema a ser investigado, trabalhando a dimensão e a extensão espacial do problema, que aqui irei chamar de “representação espacial da problemática”, ou seja, a expressão de parte da realidade social no mapa, por isso “[...] [não] podemos mais aceitar que ainda hoje uma pesquisa seja realizada sem que a escala tenha sido claramente especificada” (Racine; Raffestin; Ruffi, 1980, p. 87, tradução nossa).

O *problema da escala* ou a *escala como problema* faz referência a uma questão fundamental para a geografia: a forma como diferentes escalas de análise e representação podem de certa forma influenciar na compreensão e na interpretação de contextos socioespaciais, em outras palavras, o que vemos e o que interpretamos de um fenômeno vai depender da escala em que o estamos observando.

Para Marques e Galo (2009), a relação das escalas cartográfica e geográfica é inversamente proporcional, ou seja, quanto maior for a área compreendida por um fenômeno, menor deverá ser a escala cartográfica adequada para a sua representação e quanto menor for a área de ocorrência de um fenômeno, maior deverá ser a escala cartográfica necessária para a sua representação.

O fato é que os autores abordam a escala temporal como distinta da escala geográfica, eles não a consideram como uma escala espaço-temporal. O geógrafo Marcelo Lopes de Souza também faz críticas em relação à escala cartográfica, na qual deve se emancipar o raciocínio escalar para além dos estreitos limites da cartografia na pesquisa socioespacial. O autor propõe que a escala geográfica deve ser subdividida em escala do fenômeno (abrangência física ou dos processos relacionados ao fenômeno), escala de análise (o nível analítico de apreensão do fenômeno) e escala de ação (a reflexão sobre o alcance espacial das práticas de agentes sociais) (Souza, 2013).

Outro importante trabalho sobre escala é o de Taylor (2004), pois para este autor a escala geográfica torna-se um princípio básico para organizar o espaço a partir de uma perspectiva materialista, ele destaca que três diferentes escalas geográficas devem ser consideradas: a global, a nacional e a urbana. Propõe uma geografia materialista que

posiciona a escala da realidade onde o capital finalmente se realiza no mercado mundial, a escala da ideologia onde o estado distorce o mercado e a escala da experiência onde os resultados do mercado são sentidos nas localidades (Taylor, 2004, p. 217, tradução nossa).

Como vimos, a análise de Taylor (2004) traz uma interpretação sobre o sistema-mundo a partir de três escalas concêntricas determinadas pelo global que seria a mais externa e abrangente, é o que ele vai definir como economia política da escala. A pesquisa realizada neste trabalho em sua análise aborda de certa forma múltiplas escalas onde para o narcotráfico a Amazônia está integrada à escala global, à escala regional e à escala urbana e rural. Assim, as múltiplas relações de atuação do

crime organizado, apontam para a necessidade de compreensão deste fenômeno a partir do entendimento das escalas que interagem dando um caráter multiescalar para as redes ilegais na região.

Outra importante reflexão foi a de Yves Lacoste (1988), na qual apresentou sua compreensão acerca da escala. Mesmo diante de críticas, deixou importante contribuição, pois o autor propõe alternativas para a interpretação geográfica e reduz o espaço a uma dimensão geométrica, onde pode-se ordenar a descrição e o raciocínio geográfico em diferentes níveis de análise espacial que correspondem a *diferentes ordens de grandeza* dos objetos geográficos, isto é, os conjuntos espaciais que se precisa levar em consideração para perceber a diversidade de combinações de fenômenos à superfície do globo.

Para Lacoste (1988), a realidade aparece diferente de acordo com a escala dos mapas, de acordo com os níveis de análise e uma das principais críticas ao seu trabalho parte de Iná Elias de Castro (1995), onde para esta autora, esta abordagem é simplista e limitada ao tentar resolver o problema da escala apenas propondo o estabelecimento de sete ordens de grandeza, espaços prévios de análise e concepção definidos empiricamente, mapeáveis segundo critérios já conhecidos na geografia tradicional, segundo a autora, não considerando a relação entre as concepções de escala, nível de análise e espaços de concepção nos quais foram abordados de forma separada.

Castro (1995) em seu texto, *O problema da escala*, faz uma abordagem acerca dos problemas da apropriação e uso do conceito de escala cartográfica pela Geografia em função da histórica associação com a Cartografia. Segundo a autora, daí vem a dificuldade em aplicá-lo à análise geográfica, dada suas supostas restrições, oriundas da amarra *dimensional*: a escala como proporção matemática que se estabelece entre o tamanho real do fenômeno e sua representação no mapa.

Para Castro (2014), a escala é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida; é uma forma de dar-lhe um significado, um ponto de vista que modifica a percepção da natureza deste espaço e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e não uma progressão linear de medidas de aproximação graduais.

De toda forma, a cartografia é um instrumento disponível, mas não é a Geografia. A escala cartográfica leva em conta a representação do espaço como uma forma geométrica, enquanto poderíamos e, em muitos aspectos, deveríamos qualificar como geografia, é responsável

pela representação da relação que as sociedades têm com esta forma geométrica (Racine; Raffestin; Ruffi, 1980).

Os autores afirmam que uma diminuição progressiva da escala corresponde a um aumento da probabilidade de homogeneidade do ambiente estudado, pois a tendência à homogeneidade aumenta na razão inversa da escala, ou seja, levando a concepção de redução da escala no mapa envolvendo processos de generalização cartográfica, a exemplo da simplificação de traçados de linhas e contornos, eliminação ou fusão de pontes, linhas ou polígonos etc.

Como já destacado, a escolha da escala específica pode implicar em conclusões sobre uma determinada pesquisa, até porque a relação entre escala e os fenômenos observados é complexa e pode ter várias conclusões dependendo da escala de análise. Trouxe essa discussão para antecipadamente defender-me das possíveis críticas que porventura poderão aparecer em relação aos mapas deste artigo que foram elaborados a partir de uma escala pequena, mas que não invalidam a dimensão real do problema apontado.

Em uma totalidade geográfica, muitos elementos permanecerão consistentes em uma análise geográfica que abrange diferentes escalas geográficas. O que muda nessa análise não são os elementos em si (as características de uma paisagem, os locais envolvidos em um processo de produção, os processos ecológicos que afetam uma formação social, as práticas culturais realizadas pelas pessoas), mas as relações que percebemos entre eles e as maneiras pelas quais podemos destacar elementos específicos para nossa análise. O que enfatizamos em uma escala pode não ser o que enfatizamos em outra (Howitt, 1998).

Para Castro (2014), há ainda que considerar a dualidade implícita no objeto de trabalho do geógrafo: o fenômeno e o recorte espacial ao qual ele dá sentido. Portanto, para o campo de pesquisa da geografia não há recortes territoriais sem significado explicativo, o que há, muitas vezes, são construtos teóricos que privilegiam a explicação de fenômenos pertinentes a determinadas escalas espaciais em detrimento de outros fenômenos e de outras escalas.

O posicionamento aqui sobre esse tema é em favor da escala geográfica, ao nível de detalhamento e à abrangência da análise espacial, compactuando com as ideias de Castro (1995), onde a escala geográfica não deve ser entendida apenas como uma técnica de mediação cartográfica, mas também uma construção social e política que reflete as relações de poder e diferentes perspectivas sobre o espaço.

Castro (2014) vai destacar que nunca é demais lembrar que a escala é, na realidade, a medida escolhida para conferir visibilidade ao fenômeno. Este, quando se trata de geografia humana, é socialmente construído, ou seja, produto das relações sociais e da escolha do pesquisador. Mas, a autora chama atenção para o fato de que as possibilidades de recortes significativos do espaço são ilimitadas e, assim sendo, estes recortes serão sempre arbitrários e atendem à escolha da dimensão do fenômeno estudado.

Para uma análise sobre a Geografia do narcotráfico os mapas são instrumentos indispensáveis para demonstrar as escalas de ação do crime organizado, ainda mais quando se trata de uma região como a Amazônia que cada vez mais vem ganhando significado para a economia do crime. A escala cartográfica e a escala geográfica permitiram abordagens complementares que vão desde a localização de rotas até a compreensão das dinâmicas transnacionais do crime na região. Não obstante, a escala geográfica, na perspectiva de autores como Iná Elias de Castro, permitiu entender o narcotráfico como um fenômeno multiescalar, influenciado por dinâmicas locais, nacionais e globais.

3 A AMAZÔNIA E A ESCALA REGIONAL-GLOBAL DO NARCOTRÁFICO

A dinâmica do mercado da droga institui escalas de atuação em cadeias, manifestando estratégias de produção, distribuição e consumo. A Geografia explica a importância da Amazônia brasileira para o tráfico internacional de drogas, principalmente a cocaína proveniente dos países andinos. Relatórios da pesquisa *Cartografias da violência na Amazônia* do Instituto Mãe Crioula e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022; 2023; 2024) e do Escritório das Nações Unidas sobre Crimes e Drogas (UNODC, 2023; 2024) apontam para uma crescente presença do crime organizado na Amazônia com destaque para o tráfico nacional e internacional de drogas. Este fato traz reflexões importantes acerca das políticas de segurança e defesa do território, assim como a necessidade de se pensar em políticas públicas para as cidades da região.

Segundo o relatório da UNODC (2024), em 2022, houve um novo recorde de 2.757 toneladas de cocaína produzida, um aumento de 20% em relação a 2021. Enquanto isso, o cultivo global de arbustos de coca aumentou 12% entre 2021 e 2022, chegando a 355 mil hectares. O aumento prolongado da oferta e da demanda de cocaína coincidiu com

um aumento da violência nos países, ao longo da cadeia de suprimentos, sobretudo no Equador e no Caribe, e um aumento dos danos à saúde nos países de destino, incluindo Europa Ocidental e Central.

É imprescindível abordar a dinâmica espacial do narcotráfico sob uma perspectiva das escalas de poder, tais escalas conectadas por meio de redes e de territórios, compõem as estruturas organizacionais resultantes de uma geografia que se sobrepõe aos interesses dos Estados nacionais. De fato, o narcotráfico é um fenômeno complexo que molda geografias de poder em múltiplas escalas que vão desde os territórios locais até as dinâmicas globais da economia do crime. E o poder de influência do narcotráfico se estende por redes econômicas e políticas, reconfigurando e ressignificando fronteiras, Estados e sociedade.

Como já se sabe, o narcotráfico é uma das atividades ilegais que mais vem movimentando dinheiro no mundo, por isso torna-se um desafio estimar o valor exato de riqueza produzida por essa atividade, pois se trata de um volume de dinheiro de natureza clandestina. De acordo com os relatórios do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2023), o valor estimado do mercado global de drogas ilícitas fica entorno de US\$ 426 bilhões e US\$ 652 bilhões por ano, e este valor inclui drogas como; cocaína, heroína, maconha, metanfetamina e drogas sintéticas. Em 2023 o PIB mundial foi de aproximadamente US\$ 104 trilhões e o valor do tráfico de drogas correspondeu a 0,4% a 0,6% do PIB mundial.

A UNODC (2023) destaca o aumento do consumo de cocaína no Brasil, e este dado, em parte pode ter relação com a *privilegiada* localização junto aos principais produtores de cocaína do mundo (Bolívia, Colômbia e Peru), mas também há de se destacar outros fatores como maior vigilância nas fronteiras por parte dos países europeus, expansão das facções criminosas pelo Brasil, e também, uma política de combate às drogas que não vem surtindo efeitos satisfatórios, pelo contrário, vem fortalecendo facções criminosas no sistema prisional.

As redes do narcotráfico produzem uma relação multiescalar que acompanha processos dinâmicos de organização espacial dos mercados globais. Essa dimensão geográfica em redes promovida pelo narcotráfico é um sistema aberto que se territorializa criando as condições necessárias para o funcionamento da trama que atende aos interesses do crime organizado. E a globalização deu mais impulso para o crescimento do mercado das drogas que é desenhado por uma geografia das redes ilegais e suas relações de poder, pois as redes “estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para

dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias” (Raffestin, 1993, p. 200).

O narcotráfico envolve várias atividades que o tornam cada vez mais poderoso e multinacional, como: lavagem de dinheiro, tráfico de armas, tráfico de pessoas e exploração sexual, dentre outros. As relações que esse mercado desenvolve são múltiplas e tem poder para corromper os mais diversos agentes políticos e sociais. Em função de toda essa relação, torna-se cada vez mais complexo buscar compreender o funcionamento das organizações criminosas. Isso tem colocado em xeque a própria política proibicionista e, no caso da América Latina, há uma incorporação da política de *guerras às drogas*, algo que foi inspirado a partir do modelo Norte Americano de combate ao tráfico de drogas.

A globalização dos mercados e a facilidade e agilidade na fluidez do dinheiro e das informações por meio da internacionalização do sistema financeiro, e mais, as mudanças nos meios de transportes, tornando-os mais acelerados ajudam a desenhar essa geografia das redes do narcotráfico, potencialmente propícia para o fortalecimento do crime organizado e suas múltiplas variações de atividades.

Figura 1 – Redes globais do tráfico de cocaína e o papel da Amazônia



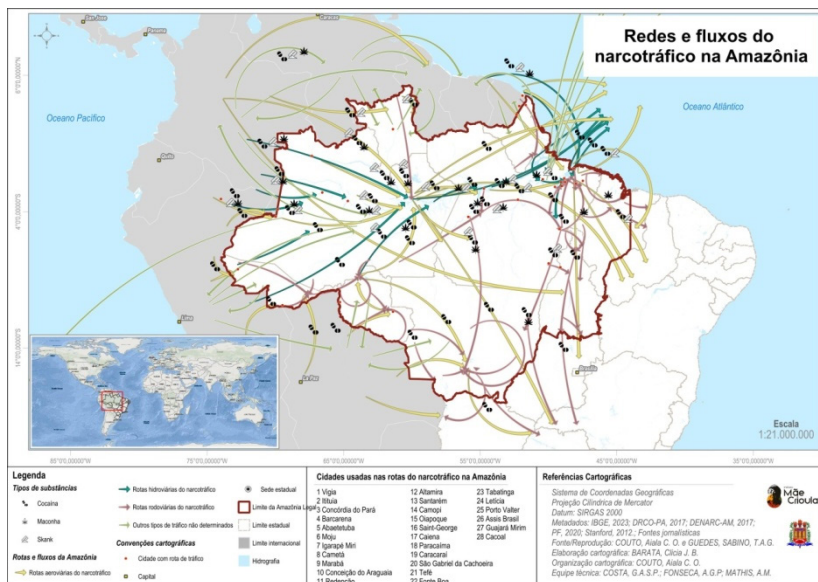
Fonte: UNODC (2023) Adaptado IMC (2025).

A figura 1 acima é uma ilustração cartográfica que indica as redes do tráfico de cocaína no mundo, enfatizando justamente a Amazônia no centro da articulação multiescalar do crime organizado. Nesse contexto, como já se sabe, a região cumpre função estratégica que diz respeito à interação espacial dos fluxos que partem dos países Andinos em direção à Europa e África e outra dinâmica que atende ao mercado brasileiro. Analisando o papel da Amazônia na escala global do tráfico de drogas e destacando os principais corredores de transportes do *complexo coca-cocaína*, percebe-se o destaque fundamental do rio Amazonas, pois é um importante meio de ligação do Atlântico ao Pacífico.

O narcotráfico vem instituindo sobre a região um dos mais complexos conflitos pelo uso do território, pois envolve o controle de importantes rotas e mercados locais e regionais. Segundo Couto (2017), a Amazônia é o lugar central para múltiplas relações que são estabelecidas a partir do mercado regional/global da droga. Cabem então algumas observações importantes para que se possa compreender a dinâmica das relações de poder que o tráfico de drogas impõe sobre a região.

Em primeiro lugar, considera-se o aumento significativo do consumo de cocaína na América do Sul com destaque para o Brasil, que, segundo o relatório da UNODC (2023), ocupa a segunda posição no *ranking* mundial de consumidores, ficando atrás apenas dos Estados Unidos; Em segundo lugar, ainda existe um mercado em funcionamento na Europa abastecido pelas redes do tráfico de cocaína que, obrigatoriamente, atravessam o território brasileiro e cuja porta de entrada é a Amazônia; Em terceiro lugar, países como Bolívia, Colômbia e Peru ainda são produtores de cocaína, cujas facções criminosas internas estabelecem ligações com grupos do Brasil; Por fim, a região amazônica tornou-se, nos últimos anos, um espaço privilegiado para a infiltração de facções criminosas relacionadas ao narcotráfico, e estas utilizam a região para as práticas de lavagem de dinheiro, misturando-se aos crimes ambientais (contrabando de madeiras, garimpo ilegal, compra de terras para a produção em fazendas, etc.).

Figura 2 – Redes do tráfico de drogas na Amazônia



Fonte: LabGeo/UEPA e IMC (2025).

A figura 2 acima traz a descrição cartográfica da dinâmica das redes do narcotráfico na Amazônia. É possível observar uma variedade de fluxos que partem das fronteiras em direção ao interior da região. Dessa maneira, as redes ilegais estabelecem conexões, consolidando-a como área de trânsito ou corredor de exportação. No mapa também se enfatizam as rotas fluviais, aeroviárias e rodoviárias, por elas se estabelecem interações estratégicas onde as cidades tornam-se *pontos* e a interação com os *arcos* forma as redes geográficas.

Como pode se observar no Mapa 2, os fluxos do narcotráfico saem da Colômbia em direção ao estado do Amazonas, com destaque para drogas como cocaína e skank como já ressaltado, daí conectando-se até a cidade de Manaus por meio de barcos ou aeronaves. De Manaus a rota segue para Santarém utilizando os mesmos meios de transporte, porém há também fluxos que se direcionam para o estado do Maranhão e para a região Sudeste do Brasil a partir dessa cidade. Em relação a Roraima, a cocaína de origem venezuelana atravessa as fronteiras em direção a Boa Vista e de lá o transporte segue também para Manaus. Já no Amapá, não se pode deixar de destacar o fluxo que sai da Guiana

e atravessa o estado em direção a Belém, como também a interação que parte de Manaus atravessando esse estado em direção ao mercado europeu.

A zona da Tríplice Fronteira, durante muito tempo, foi considerada a região mais tensa da fronteira Brasil-Bolívia-Peru, pois é o principal corredor dos fluxos da droga que entram na Amazônia. É possível identificar fluxos aeroviários que saem do Peru em direção a Manaus, assim como pelos rios, com destaque para o Solimões. As rotas passam pela região do Vale do Javari até o rio Solimões, e deste segue até o rio Amazonas para abastecer os mercados locais e chegar até a cidade de Manaus, atendendo às demandas do mercado local e estabelecendo outras conexões.

Na fronteira Brasil-Peru, há conexão pelo estado do Acre, onde rodovias, rios e transporte aeroviário servem de passagem em direção ao estado do Amazonas e Rondônia e deste último segue para as outras regiões do Brasil. Se a rede é “um conjunto de nós interconectados” (Castells, 1999, p. 566), as cidades da Amazônia cumprem bem esse papel, como bem ressalta o mapa.

Na fronteira Brasil-Bolívia, segundo os relatórios de pesquisa consultados, esta zona durante muito tempo exerceu a hegemonia dos fluxos de drogas (cocaína) que entravam em território brasileiro, contudo, vem perdendo espaço para a cocaína de origem peruana que, inclusive, despertou o interesse das facções criminosas em obter o controle do rio Solimões considerado a principal via de escoamento da droga. Mas, os fluxos do narcotráfico atravessam esta fronteira utilizando as rodovias e o transporte aéreo, ou seja, essa região continua sendo importante porta de entrada da cocaína no mercado brasileiro, sobretudo, por possuir uma extensa rede de estradas vicinais que são utilizadas como rotas no estado do Mato Grosso.

No geral Manaus e Itacoatiara (AM), Belém, Barcarena, Santarém e Marabá (PA), São Luís (MA), Palma (TO), Rio Branco (AC), Boa Vista (RR), Porto Velho (RO), Santana e Macapá (AP) e Cuiabá (MT) são destacadas como nexos estruturantes das redes do narcotráfico na Amazônia, ou seja, são os principais nós de organização das redes do crime organizado que dinamizam os fluxos de mercadorias ilícitas.

É por meio desta dinâmica multiescalar que as redes do narcotráfico vão construindo relações que se sobrepõem às lógicas de organização do espaço por parte do Estado. De todo modo, os ambientes urbanos mais especificamente, as cidades amazônicas contam com a presença de facções criminosas locais do Sudeste do Brasil. São por

esses motivos que a agenda de segurança pública para a Amazônia deve ser pensada a partir destas múltiplas dimensões do crime organizado, considerando-se estas formas de organização do crime e suas manifestações de poder que ameaçam as populações amazônidas.

4 AS GEOMETRIAS DE PODER DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA E O FENÔMENO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS

Define-se aqui o conceito de “escalas geográficas de poder” com fundamento em dois critérios essenciais: a gestão do território com base nas divisões políticas institucionais e as escalas não estatais oriundas dos atores locais, regionais e internacionais, nas quais suas ações resultam em territorialidades manifestadas em formas de redes ou zonas. Nesse aspecto, a definição das escalas geográficas de poder do Estado e do crime organizado envolve compreender como e onde essas duas forças atuam territorialmente, quais são seus alcances, e como se relacionam entre si em diferentes níveis espaciais.

O poder estatal se organiza de forma hierárquica e institucional através da formalidade em escala local (municípios e bairros), regional (estados), nacional (Forças Armadas, Polícia Federal, Judiciário etc.) e global (Tratados internacionais, ONU, Diplomacia etc.). O Estado detém o uso legítimo da força para enfrentar aquilo que é entendido por ele como ameaça, porém, a eficácia dessas ações vai variar de acordo com a sua presença nos territórios, pois sua forte presença pode se dar por meio de políticas públicas, infraestrutura etc. e pode ser também através de uma política de militarização, de repressão e controle de suas fronteiras e territórios.

O crime organizado também atua em múltiplas escalas como já foi apresentado na seção anterior, ora de forma ilegal, ora de forma legal por meio dos mecanismos que resultam da lavagem de dinheiro. Em escala local controlam territórios urbanos em periferias das cidades com cobranças de taxas, comércio de drogas, justiça paralela, assistência às comunidades, dentre outros. Na escala regional controla rotas do tráfico de drogas e outros ilícitos, articula alianças por meio do sistema penitenciário e até mesmo, alianças com políticos locais, conectando-se à escala nacional onde se realiza a distribuição espacial de drogas, armas e munições, lavagem de dinheiro, articulação entre grupos criminais de diferentes estados e regiões. E finalmente, a escala

global que envolve as conexões com o crime organizado transnacional para atender demandas do mercado da droga, paraísos fiscais, redes de contrabando e crimes cibernéticos.

Uma grande contribuição para essa reflexão sobre o poder vem da geógrafa Doreen Massey (2024), aquilo que a autora chama de “geometria do poder” que segundo a autora, é um conceito por ela inventado para dar ênfase ao caráter social do espaço, esse espaço social que é produto de ações, relações e práticas sociais. E, em função disso segundo Massey (2024): 1) como produto social, está consequentemente, aberto à política (se o produzimos, podemos, também, transformá-lo); 2) como produto social, o espaço é, em sua própria constituição, cheio de poder social, imbuído de poder social; 3) e o poder, como sabemos, tem múltiplas formas (econômica, política, cultural; dominação, igualdade, potência) e se realiza *em relação*, entre uma coisa (pessoa, nação, região, lugar) e outra; 4) e, portanto, por sua vez, o poder tem uma geografia.

É partindo justamente deste último ponto destacado por Doreen Massey (2024) que a análise deste artigo transcorre pela *geometria do poder* que a Geografia do narcotráfico promove, produz e reproduz. A geometria do poder do narcotráfico reflete o poder das organizações criminosas distribuído, organizado e atuando em múltiplas escalas e de formas desiguais, assimétricas e estratégicas.

A geometria do poder refere-se à disposição desigual do poder em diferentes territórios, destacando quem controla o quê, onde e com qual intensidade. Quando aplicada ao narcotráfico, analisa-se como facções ou cartéis exercem seu domínio e influência em territórios distintos – do local ao global – de forma flexível, descentralizada e adaptável.

A proposta de Massey (2024) é por ela definida como simples, que é a conceitualização do espaço, pois ela tem efeitos tanto intelectuais quanto políticos, e que, embora não se reconheça normalmente, o espaço e sua conceitualização nos colocam importantes desafios políticos. Acredita-se aqui que uns dos desafios é o processo de territorialização do espaço e isso se dá por múltiplas relações e múltiplos agentes o que requer relações de poder e conflitos, bem como mudanças na natureza do espaço.

Em relação ao contexto brasileiro, como já enfatizado, o país não é apenas uma área de trânsito da droga, mas tornou-se um importante mercado consumidor, e isto também foi fundamental para a reorganização do mercado da droga, visto que diversas facções criminosas surgem nos estados brasileiros, inspiradas no Comando Vermelho (CV-RJ) e Primeiro Comando da Capital (PCC-SP), tal

reorganização evidencia o interesse pela região amazônica por parte das facções.

É importante chamar a atenção para a necessidade de se discutir o conceito de facções criminosas a partir de uma perspectiva regional ou regionalista, pois é justamente este regionalismo que se coloca como barreira para que ocorra uma aproximação ou um *acordo de paz* entre os grupos citados acima. Também é válido reconhecer as particularidades que a região amazônica e seus municípios apresentam, e esta particularidade distancia a realidade da Amazônia com a de outras regiões, a exemplo do Sudeste.

O sociólogo Michel Misse, reconhecido por suas contribuições ao estudo da violência e do crime no Brasil, aborda o tema das facções criminosas em diversas obras. A importância destes estudos está na análise crítica e aprofundada sobre as dinâmicas da atuação destes grupos e seus impactos sociais. Misse (2011) analisa as relações entre o chamado *crime organizado* e o *crime comum no contexto do Rio de Janeiro: diferenças e afinidades*. Segundo o autor, essa diferença está na forma de organização, nos objetivos e nas relações com o Estado e a sociedade.

Para Misse (2011), em nível de organização e planejamento, o *crime organizado* se dá por meio de uma estrutura hierárquica ou de rede, com divisão de tarefas, planejamento de longo prazo, e controle territorial. Ele tende a ser mais estratégico e empresarial, com foco na manutenção de mercados ilegais. Por outro lado, o *crime comum* é menos estruturado, e com frequência envolve ações individuais ou de pequenos grupos, a exemplo de furtos, roubos, pequenos tráfico. Na relação com o Estado, o crime organizado frequentemente corrompe ou se infiltra junto às instituições estatais para garantir proteção e continuidade de suas operações, diferente do crime comum, que de modo geral não mantém relações permanentes com o Estado, sendo mais vulnerável à repressão direta.

Ele identifica três atividades criminosas organizadas: 1) Os *Comandos*, grupos que controlam e disputam territórios de venda a varejo de drogas e outras mercadorias ilícitas; 2) as *Milícias*, organizações que disputam com os comandos o controle desses territórios, impondo a venda de proteção aos moradores; 3) As *Quadrilhas de roubo de carga e de carros*, grupos especializados em crimes patrimoniais.

Para Misse (2011), essas organizações dependem da constituição de mercados ilegais, nos quais cada mercadoria explorada – como drogas, armas e proteção – possui diferentes propriedades como

capital. A dinâmica social, a atuação e a violência associadas a cada uma dessas atividades estão ligadas a essas propriedades. O autor utiliza o termo “ilegalismo”, como proposta de enquadramento analítico para a compressão do fenômeno das facções criminosas, enfatizando a importância de considerar o Estado em toda a sua complexidade política, institucional e jurídica, além da transitividade entre o legal e o ilegal.

A socióloga Camila Nunes Dias também traz importantes contribuições para a compreensão do fenômeno das facções criminosas em contextos além das prisões. Em sua tese de doutorado, *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista* (2011), a autora utiliza a teoria figuracional de Norbert Elias para compreender como o PCC emergiu como uma força dominante dentro do sistema prisional paulista. Ela destaca que a organização do PCC se consolidou por meio da monopolização das oportunidades de poder nas prisões, estabelecendo uma nova configuração de relações sociais e de controle dentro desse espaço.

Em suas publicações, Camila Nunes Dias destaca que as facções criminosas não são apenas organizações criminosas, mas também atores sociais que interagem com o Estado e com a sociedade, influenciando e sendo influenciados por políticas públicas, condições sociais e estruturas de poder. Sua análise oferece uma perspectiva sociológica aprofundada sobre o fenômeno das facções criminosas no Brasil.

Em relação à Amazônia, a autora publicou o capítulo *Dinâmicas de violência e políticas de segurança nas regiões brasileiras: o impacto das facções criminosas – macrorregião Norte*, no livro organizado pelo IPEA. Dias (2024), analisa como as facções criminosas, como o PCC e o Comando Vermelho (CV), se expandiram para além dos presídios, influenciando as dinâmicas de violência e segurança pública na região Norte do Brasil.

Dias (2024), destaca que na macrorregião Norte, os grupos criminosos tendem a ser menores e menos estabilizados, resultando em uma dinâmica de fragmentação, fusão, absorção, aparecimento e desaparecimento mais intensa. Mesmo assim, a presença de facções como o PCC e o CV tem se consolidado em estados como Amazonas e Acre. Ela enfatiza também, que as políticas de segurança pública na região Norte enfrentam desafios como a falta de integração entre estados, a escassez de recursos e a dificuldade de atuação em áreas de difícil acesso. Além disso, a presença de facções criminosas complica a implementação de estratégias eficazes de combate à violência.

As reflexões acima são bastante pertinentes e contribui no entendimento sobre a atuação das facções criminosas. Entretanto, quando a referência é a Amazônia, algumas observações soam como indispensáveis no que diz respeito aos conflitos sociais, a dinâmica de violência e o crime organizado. Na região, há uma relação muito forte entre crime comum e crime organizado que se torna difícil discernir um do outro, por exemplo, a aproximação entre narcotráfico e garimpo que envolve relações entre; empresários e garimpeiros, donos de currutelas, profissionais do sexo, milícias, agentes estatais, políticos locais etc.

Essa relação é definida como “narcogarimpo”, onde muitas vezes os crimes comuns são resultados do crime organizado, por exemplo, quando ocorrem práticas de extorsão e corrupção envolvendo agentes de segurança pública. O garimpo sustenta hoje toda uma rede articulada do crime organizado que está para além das facções criminosas, em outras palavras, o crime organizado acompanhou o processo de expansão econômica da fronteira na Amazônia por meio de contrabandistas de madeiras, grileiros, assaltantes de bancos, roubos de gado e redes de exploração sexual, e isto ainda se mantém na região.

E toda essa sinergia obedece a uma hierarquia e funciona em redes sendo o território central para a consolidação das relações de poder, da regulação e do controle das atividades. Nestes termos, o narcotráfico acompanha as mudanças estruturais da região e se sobrepõe ou se conecta às outras formas de ilegalismos, deixando o ambiente e as populações tradicionais mais vulneráveis diante da *invasão* dos territórios e da violência.

As conexões entre narcotráfico e crimes ambientais fortaleceram a territorialização do crime organizado. Na atualidade, assistimos a expansão da miliciarização e da pistolagem no campo, expansão de facções criminosas em vários municípios e a entrada de faccionados em territórios indígenas, quilombolas, camponeses e comunidades ribeirinhas. O que hoje chamam de facção na Amazônia, originam-se de duas formas: 1) pela incorporação de pequenas gangues às siglas das facções do Sudeste, por isso existem as práticas de pichações dos símbolos; 2) a transferência de presos dos estados da região para presídios federais estatelando o contato destes com lideranças do CV e do PCC.

Por isso são tão instáveis os grupos faccionais que se distribuem pela Amazônia, mas por outro lado, tem que levar em consideração o fato de que aqui se fala de uma imensa região que conta com vários municípios com população inferior a 50 mil habitantes, com precária

infraestrutura, com agentes de segurança reduzidos e com vasta extensão de terras que estão em disputas. Em meio a este contexto, um grupo de 15 homens armados consegue criar territórios, estabelecer redes, invadir e comercializar terras, e principalmente, controlar a passagem da droga.

Foi assim que emergiram na Amazônia facções com interesse em controlar as principais rotas do narcotráfico. No Pará, em 2007, houve a iniciativa de criação do Primeiro Comando do Norte (PCN), que acabou fracassando por conta da prisão dos líderes da organização que estava prestes a se iniciar. No mesmo ano foi criada a Família do Norte (FDN) no estado do Amazonas, ou seja, a terceira maior facção criminosa do Brasil neste período, ficando atrás apenas do CV e do PCC.

Até então, o controle das redes do narcotráfico na região era feito apenas pelas facções regionais e locais, destacando-se a FDN, que controlava todo o circuito do escoamento da droga colombiana e peruana, pela rota do rio Solimões, utilizando-se de parcerias com os cartéis colombianos e facções peruanas para o êxito do negócio ilícito. Entretanto, a mudança de chave ocorreu em 2016, com o rompimento do pacto de paz e cooperação estabelecido entre o PCC e o CV por quase duas décadas, tendo o assassinato nesse ano do chefe do PCC no Paraguai o estopim para o início de uma guerra entre as duas maiores facções do país. Com o rompimento da cooperação, o Comando Vermelho se viu forçado a procurar novas rotas e estabelecer novas alianças.

Todavia, o rompimento da aliança entre CV e FDN em 2018 levou esses grupos a uma guerra que se dá pelas periferias de Manaus e se espalha para outros lugares do Amazonas, levando praticamente a FDN à extinção e na região da fronteira com o Peru e Colômbia surgem “Os Crias”, hoje um grupo extinto. Esta descrição deixa evidente o quanto vai se tornando complexa a dinâmica criminal, já que essas facções passam a se difundir por todo o estado do Amazonas. Soma-se a este quadro a vinda do PCC para a Amazônia, com o intuito de ampliar o controle de novas rotas para escoamento da produção de cocaína do Peru, Colômbia e Bolívia através da região.

No município de Altamira, no Pará, surge a facção denominada Comando Classe A (CCA), uma espécie de braço político do PCC. Este grupo teve sua origem no sistema prisional de Altamira, em 2018, a partir de um grupo de pessoas encarceradas que não aceitaram ser “batizados” (significa um ritual de integração de alguém ao grupo) pelo

CV dentro do presídio. Por isso, em 2019, o Comando Classe A travou uma guerra com o CV que culminou com a morte de 54 pessoas, em que algumas tiveram as cabeças decapitadas.

Em trabalho de campo em Boa Vista e Alto Alegre no estado de Roraima foi possível identificar pichações de facções como o Comando Vermelho (RJ) e o Primeiro Comando da Capital. Em entrevistas com pesquisadores da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e com agentes de segurança pública, foram relatados o interesse destes grupos pelo estado em função do garimpo ilegal e da rota da cocaína que entra pela fronteira com a Venezuela.

Figura 3 – Pichação do PCC em placa de sinalização em Alto Alegre – RR.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

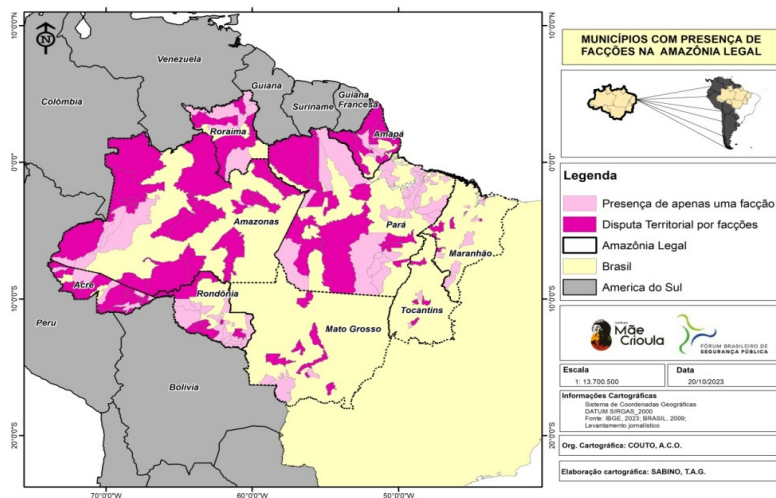
Figura 4 – Pichação do CV em placa à caminho de Alto Alegre – RR.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

As figuras 3 e 4 acima são registros fotográficos na RR-205 no município de Alto Alegre no estado de Roraima, onde se encontram espalhadas ao longo da rodovia várias pichações do PCC e do CV, que simbolizam a disputa entre as facções pelo controle das rotas e do mercado da droga. É possível verificar a pichação do CV, sobre a do PCC durante todo o percurso da rodovia e em alguns momentos, são feitas pichações umas sobre as outras deixando evidente o clima de disputa. E quando a referências são os rios, destaca-se a bacia amazônica e sua rede hidrográfica que conecta o Brasil aos países vizinhos, numa relação transfronteiriça, por isso, é pertinente considerar sempre o potencial hidroviário da região que muito bem aproveitado pelas conexões que se dão entre as redes do narcotráfico e as cidades da Amazônia com os seus 25 mil km de rios navegáveis, abrangendo Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Figura 5 – Municípios com a presença de facções criminosas na Amazônia



Fonte: Acervo Instituto Mãe Crioula e FBSP (2023).

Em análise do relatório de pesquisa Cartografias da violência na Amazônia (2024) foi destacado que a facção Comando Vermelho (CV) está mais interiorizada na região, estando presente atuando sozinha em 122 municípios, destes 56 no Pará e 23 no estado do Mato Grosso, ou seja, os dois estados em que o CV se encontra mais territorializado. Por outro lado, o Primeiro Comando da Capital (PCC) está presente hegemonicamente em 30 municípios, sendo os estados de Rondônia com 11 e Roraima com 8, os dois respectivamente com maior presença dessa facção na Amazônia. Mas, a facção Bonde dos 40 no estado do Maranhão se mantém expressiva neste estado ocupando hegemonicamente 10 municípios.

Além dessas, existe ainda a presença de grupos de piratas que atacam as embarcações, a exemplo dos Piratas dos Solimões, com bastante atuação em 3 municípios da calha do rio Solimões, no estado do Amazonas, operando principalmente com roubos de cargas, inclusive de drogas trazidas pelos grupos criminosos estrangeiros da Colômbia e Peru. Finalmente, a facção Primeiro Comando Panda (PCP), está presente de forma hegemônica apenas no município de Alta Floresta, no estado de Rondônia. A surpresa nessa edição foi a evidência de um

grupo criminoso denominado Bando do Cangaço, sediado no município de Taguatinga, estado do Tocantins, atuando, sobretudo em roubos e explosões de carros fortes nesse estado (FBSP, 2024).

No relatório do projeto *Cartografias da violência na Amazônia* (FBSP, 2023), outras facções apareciam enquanto hegemônicas em alguns municípios amazônicos, como o caso da facção Bonde dos 13, do estado do Acre; Família Terror do Amapá e União Criminosa do Amapá, ambas do estado do Amapá, tais grupos perderam influência para o CV e para o PCC, passando a dividir espaços com estas outras. Quase sempre, num primeiro momento ocorrem alianças entre as facções locais/regionais e o do Sudeste, posteriormente, consolida-se a fusão ou incorporação das facções menores pelas maiores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi abordado no artigo, a região amazônica corresponde perfeitamente aos interesses das redes do narcotráfico, visto que ela atende aos anseios de outras atividades criminosas, a exemplo da extração ilegal do ouro aqui citado. Também, deve-se atentar que há uma Amazônia Legal (brasileira) e outra Amazônia internacional (Panamazônia), esta última, em termos de extensão, ultrapassa os limites territoriais brasileiros, conectando grupos nacionais com os grupos dos países Andinos, que têm um papel central na produção de cocaína e skank que entram no Brasil.

O problema metodológico da escala continua a ser desafiador para as pesquisas geográficas, porém é uma categoria necessária para a compreensão analítica acerca das escalas regional e global do narcotráfico na Amazônia. A Amazônia é central para a dinâmica do crime organizado, que institui relações de poder impondo lógicas de controles do espaço por meio da presença de facções criminosas que se instalaram na região, estabelecendo alianças com grupos locais ou entrando em conflito com eles.

Finalmente, as geometrias de poder do narcotráfico, sobretudo, envolvendo as dinâmicas das facções criminosas que nos últimos anos se interiorizaram pela região, definem processos de territorialização e de sobreposições de atividades criminosas, construindo, assim, um ambiente de violência que implica no modo de vida das populações tradicionais e na floresta. São estas relações complexas da economia do crime que desafiam o poder do estado e a soberania nacional sobre a região.

6 REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Cartografias da violência na Amazônia**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública/ Instituto Mãe Crioula. São Paulo. Relatório de pesquisa, 2023. Disponível em www.forumdesegurancapublica.org.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Cartografias da violência na Amazônia**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública/ Instituto Mãe Crioula. São Paulo. Relatório de pesquisa, 2024. Disponível em www.forumdesegurancapublica.org.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. de. et al. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

CASTRO, I. E. Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução? **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 4, N.1, p. 87-100, 2014.

COUTO, A. **A geografia do crime na metrópole**: das redes ilegais à territorialização perversa. Belém. Eduepa, 2014.

COUTO, A. **Do narcotráfico às relações de poder na Amazônia**: Redes e sobreposições territoriais na cidade de Belém-PA. Belém. Universidade Federal do Pará, 2017 (Tese de Doutorado).

DIAS, C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema prisional paulista. São Paulo. Universidade de São Paulo/USP, 2011. (Tese de doutorado).

DIAS, C. N. Dinâmicas de violência e políticas de segurança nas regiões brasileiras: o impacto das facções criminais – macrorregião Norte. In: SANTOS, M. P. **Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil**. Brasília. Instituto de Pesquisa Aplicada/IPEA, 2024.

GOMES, P. C. Um lugar para a geografia: Contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, F. et al. (Org.) **Espaço e Tempo**: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Ademadan Antonina, 2009, p. 13-30.

HOWITT, R. Scale as relation: musical metaphors of geographical scale. **Area**, v. 30, n. 1, p. 49-58, 1998. Disponível em: <https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1475-4762.1998.tb00047.x>.

LACOSTE, Y. **A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para fazer a Guerra**. São Paulo: Editora Papirus, 1988.

MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de sociologia e política**, v. 19, n. 40: 13-25 out. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31703>.

RACINE, J. B; RAFFESTIN, C; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 1, n. 45. Jan/mar, 1983.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1991;1993.

MARQUES, A; GALO, M. Escala geográfica e escala cartográfica: distinção necessária. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 26/27, n. 1, p. 47-55, 2008/2009.

SOUZA, M. L. Escala geográfica, “construção social da escala” e “política de escalas”. In: SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 179-216.

TAYLOR, P. J. The paradox of geographical scale in marx’s politics. **Antipode**, v. 19, n. 3, p. 287-360, 2004.

UNODC. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2023. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/wdr2023/World_Drug_Report_2015.pdf. Acesso em: 11 set. 2016.

UNODC. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2024. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/wdr2024/World_Drug_Report_2021.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.